

## **Procedimentos para a Elaboração do Módulo de Transparência Fiscal do Relatório sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC)**

As etapas relacionadas a seguir servem de orientação para autoridades nacionais que pretendem elaborar o módulo de transparência fiscal do ROSC. Mais informações sobre os módulos de transparência fiscal do ROSC e a Iniciativa de Normas e Códigos estão à disposição no endereço [www.imf.org/external/np/fad/trans/index.htm](http://www.imf.org/external/np/fad/trans/index.htm).

1. A elaboração de um módulo fiscal do ROSC é um processo colaborativo. Ele se inicia com uma discussão entre as autoridades nacionais, o departamento regional pertinente e o Departamento de Finanças Públicas (FAD) do FMI. Em seguida, uma solicitação formal é enviada ao FAD. Essa solicitação sinaliza que as autoridades se comprometem a preencher um questionários sobre questões fiscais e a receber uma missão composta por técnicos do FAD. Indica também que as autoridades tencionam aprovar a publicação dos documentos finais do ROSC após estes terem sido apresentados ao Conselho de Administração do FMI, embora as autoridades tenham o direito de decidir mais tarde pela não publicação do relatório.
2. Numa etapa inicial do processo, as autoridades preenchem o principal questionário, sobre questões fiscais, o qual é complementado por dois outros questionários mais detalhados sobre a receita de recursos naturais no caso dos países cujas receitas provenientes desses recursos são significativas. Os modelos de todos os questionários estão disponíveis em várias línguas no *website* do FMI. O preenchimento dos questionários exige respostas a perguntas específicas, o fornecimento de documentos como leis orçamentárias (se possível, em formato eletrônico) e a prestação de informações comprobatórias e complementares (por exemplo, sobre mudanças recentes no sistema orçamentário ou na legislação tributária). Assistência técnica pode ser prestada em determinadas circunstâncias, para ajudar no preenchimento dos questionários.
3. Após o recebimento dos questionários preenchidos, da documentação e de outras informações necessárias, na maioria dos casos a missão do módulo de transparência fiscal do ROSC é enviada à capital do país. Uma missão do ROSC normalmente dura duas semanas e exige de dois a quatro técnicos do FMI ou especialistas. Mantêm-se discussões principalmente com técnicos do ministério das finanças, órgão que ajuda a coordenar as atividades da missão. Não raro, a missão também visita o banco central, outros ministérios (como os encarregados de assuntos econômicos, planejamento e algumas atividades relacionadas a gastos), o órgão nacional de estatística e o tribunal de contas, além de representantes da sociedade civil. Ao fim do trabalho da missão, os seus componentes geralmente discutem com técnicos do ministério das finanças uma versão preliminar completa do módulo do ROSC.
4. Após retornar ao FMI, a missão incorpora os comentários iniciais feitos pelas autoridades sobre esse documento preliminar e submete o módulo a uma revisão interna pelo corpo técnico do Fundo. O módulo é então devolvido às autoridades para o seu aval. Outras questões suscitadas por essa versão do documento podem ser discutidas com os técnicos do FMI.

5. A versão final do módulo do ROSC é apresentada, a título de informação, ao Conselho de Administração do FMI. O consentimento das autoridades quanto à publicação pode ser indicada na nota introdutória ao relatório. O documento é publicado no *website* do FMI, no endereço <http://www.imf.org/external/np/rosc/index.htm>. O processo, da solicitação inicial das autoridades até a publicação final, normalmente leva de 6 a 12 meses.